

JUSTIFICATIVAS DE ALTERAÇÕES DO GABARITO PRELIMINAR

O Instituto QUADRIX torna públicas as justificativas de alterações do gabarito preliminar elaboradas conforme as definições do edital que rege o certame, considerando todos os recursos interpostos pelos candidatos.

DISCIPLINA: LEGISLAÇÃO (Nível Médio)

QUESTÃO 21

PARECER: alterada para alternativa A.

JUSTIFICATIVA: Alternativa alterada em função de erro material na divulgação do gabarito preliminar. A alternativa A é a única que responde corretamente o proposto da questão. O CRESS 9ª Região é constituído por 9 (nove) membros efetivos e de 9 (nove) membros suplentes, eleitos(as) dentre os(as) assistentes sociais inscritos no âmbito de sua jurisdição, em pleno gozo de seus direitos, por via direta e pelo mandato de 3 (três) anos, em gestão colegiada.

O gabarito deve ser alterado, mantendo-se a validade da questão.

QUESTÃO 23

PARECER: alterada para alternativa E.

JUSTIFICATIVA: Alternativa alterada em função de erro material na divulgação do gabarito preliminar. De acordo com o Código de Ética Profissional, a única alternativa que não corresponde a um direito do/a assistente social é de letra E: denunciar falhas nos regulamentos, normas e programas da instituição em que trabalha, quando elas estiverem ferindo os princípios e diretrizes desse Código, mobilizando, inclusive, o Conselho Regional, caso se faça necessário.

O gabarito deve ser alterado, mantendo-se a validade da questão.

QUESTÃO 26

PARECER: alterada para alternativa D.

JUSTIFICATIVA: Alternativa alterada em função de erro material na divulgação do gabarito preliminar. O enunciado solicita quais são as **características pertencentes aos órgãos públicos**. A **única correta é a letra 'D'**. **As demais estão erradas**, pelas razões apontadas abaixo.

A) Os órgãos públicos possuem autonomia administrativa e financeira em relação às pessoas jurídicas a que estão ligados. (Os órgãos públicos **NÃO** possuem autonomia administrativa e/ou financeira em relação à pessoa jurídica a qual estão ligados. São parte integrante de um todo; não têm personalidade jurídica própria. Quem tem autonomia administrativa, operacional e financeira é pessoa jurídica – Administração Indireta: autarquias, fundações, sociedades de economia mista e empresas públicas).

B) Os órgãos públicos, na atuação administrativa, se confundem com o próprio agente público. (São unidades de ação com **atribuições específicas** na organização estatal. Cada órgão, como centro de competência governamental ou administrativa, tem necessariamente funções, cargos e agentes, **mas é distinto** desses elementos, que podem ser modificados, substituídos ou retirados sem supressão da unidade orgânica; ou seja, não se confundem com o próprio agente público).

C) Nenhum órgão público possui número de CNPJ. (Os órgãos públicos **também são obrigados** a se inscrever no CNPJ).

D) Os órgãos públicos são feixes individuais de poderes funcionais repartidos no interior da personalidade estatal. (**CORRETO**, é a definição em Administração Pública)

E) Os órgãos públicos possuem personalidade jurídica própria. (**NÃO** possuem personalidade jurídica própria).

O gabarito deve ser alterado, mantendo-se a validade da questão.

QUESTÃO 27

PARECER: alterada para alternativa C.

JUSTIFICATIVA: Alternativa alterada em função de erro material na divulgação do gabarito preliminar. Em conformidade com a Lei nº 8.112/90, todas estão corretas, com exceção da alternativa C.

A) Readaptação é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção médica. (art. 24)

B) Recondição é o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado e decorrerá de: reintegração do anterior ocupante. (art. 29)

C) O servidor habilitado em concurso público e empossado em cargo de provimento efetivo adquirirá estabilidade no serviço público ao completar 2 (dois) anos de efetivo exercício. (**O conteúdo da alternativa está revogado** pelo artigo 41, caput, da Constituição Federal – reformulado pela Emenda Constitucional 19/98: Art. 41. São estáveis após **três (3) anos** de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público).

D) A reintegração é a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens. (art. 28)

E) Reversão é o retorno à atividade de servidor aposentado por invalidez, quando junta médica oficial declarar insubsistentes os motivos da aposentadoria. (art. 25)

O gabarito deve ser alterado, mantendo-se a validade da questão.

QUESTÃO 28

PARECER: alterada para alternativa E.

JUSTIFICATIVA: Alternativa alterada em função de erro material na divulgação do gabarito preliminar. A pessoa jurídica de direito privado, que integra a Administração Indireta, autorizada por lei a ser criada, dotada de patrimônio 100% (cem por cento) público, que pode prestar serviços públicos e se revestir de qualquer das formas jurídicas de sociedade constantes do direito brasileiro, chama-se Empresa Pública.

O gabarito deve ser alterado, mantendo-se a validade da questão.

QUESTÃO 30

PARECER: alterada para alternativa B.

JUSTIFICATIVA: Alternativa alterada em função de erro material na divulgação do gabarito preliminar. Apenas o Decreto (alternativa B) **não** está inserido na classificação quanto ao conteúdo, pois Decreto é **forma** do Chefe do Poder Executivo expedir atos administrativos regulamentadores de leis.

O gabarito deve ser alterado, mantendo-se a validade da questão.

DISCIPLINA: CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (Nível Médio)

QUESTÃO 48

PARECER: alterada para alternativa E.

JUSTIFICATIVA: Alternativa alterada em função de erro material na divulgação do gabarito preliminar. A sigla **FIFO**, do inglês First In, First Out, é conhecida na língua portuguesa pela sigla PEPs, que significa Primeiro que Entra, Primeiro que Sai. Como o próprio nome diz, o objetivo desta metodologia aplicada em estoques é vender primeiro os produtos mais antigos. Um exemplo muito claro desta aplicação é visto nos supermercados: na prateleira de algum produto perecível, por exemplo, o iogurte, pode-se ver que estão na frente os produtos mais próximos da data de validade. Isto acontece porque, caso o supermercado coloque na frente os produtos mais novos, os mais antigos ficam parados no estoque, correndo-se o risco de perder grandes quantidades do produto.

Uma fila é uma estrutura de dados que admite inserção de novos elementos e remoção de elementos antigos. Mais especificamente, uma fila (= queue) é uma estrutura sujeita à seguinte regra de operação: sempre que houver uma remoção, o elemento removido é o que está na estrutura há mais tempo. Em outras palavras, o primeiro objeto inserido na fila é também o primeiro a ser removido. Essa política é conhecida pela sigla **FIFO** (= First-In-First-Out).

O gabarito deve ser alterado, mantendo-se a validade da questão.

Fontes:

DOWNES;GOODMAN, J E. Dicionário de Termos Financeiros e de Investimento. São Paulo: Nobel, 2007.

LACOMBE, F. Dicionário de Administração. Rio de Janeiro.

BALLOU R. H. Gerenciamento da cadeia de suprimentos/Logística empresarial. Porto Alegre: Bookman, 2010.

MERKURYEV, Y; MERKURYEVA G. Simulation-Based Case Studies in Logistics: Education and Applied Research. Springer, 2009.

Maximiano, A. Teoria Geral da Administração. São Paulo: Atlas, 2009.

QUESTÃO 49

PARECER: alterada para alternativa C.

JUSTIFICATIVA: Alternativa alterada em função de erro material na divulgação do gabarito preliminar. São os **setores componentes da estrutura funcional** do almoxarifado:

CONTROLE

O controle dos estoques depende de um sistema eficiente, o qual deve fornecer as quantidades que se encontram à disposição e onde estão localizadas, as compras em processo de recebimento, as devoluções ao fornecedor e as compras recebidas e aceitas.

RECEBIMENTO

As atividades de recebimento abrangem desde a recepção do material na entrega pelo Fornecedor até a entrada nos estoques e compreendem os materiais em política de ressurgimento e os de aplicação imediata, sofrendo critérios de conferência quantitativa e qualitativa.

ARMAZENAGEM

A guarda obedece a critérios definidos no sistema de instalação adotado e no layout, proporcionando condições físicas que preservem a qualidade dos materiais, de conformidade com o plano de armazenagem, objetivando a ocupação plena do edifício, bem como a ordenação da arrumação.

DISTRIBUIÇÃO

Os materiais devem ser distribuídos aos interessados mediante programação de pleno conhecimento entre as partes envolvidas.

Portanto, as **respostas corretas** para a questão são:

Quais são as três atividades mais básicas de um Almoxarifado?

1. (F) Conferência
2. (V) Armazenagem
3. (F) Limpeza de materiais
4. (V) Recebimento
5. (F) Auditoria
6. (V) Expedição
7. (F) Manutenção

O gabarito deve ser alterado, mantendo-se a validade da questão.

Fontes:

DOWNES;GOODMAN, J E. Dicionário de Termos Financeiros e de Investimento. São Paulo: Nobel, 2007.

LACOMBE, F. Dicionário de Administração. Rio de Janeiro.

BALLOU R. H. Gerenciamento da cadeia de suprimentos/Logística empresarial.Porto Alegre: Bookman, 2010.

MERKURYEV, Y; MERKURYEVA G. Simulation-Based Case Studies in Logistics: Education and Applied Research. Springer, 2009.

Maximiano, A. Teoria Geral da Administração. São Paulo: Atlas, 2009.

DISCIPLINA: LEGISLAÇÃO (Nível Superior)

QUESTÃO 21

PARECER: alterada para alternativa C.

JUSTIFICATIVA: Alternativa alterada em função de erro material na divulgação do gabarito preliminar. De acordo com a Resolução CFESS nº 590 (que regulamenta o procedimento de aplicação de multas pelos CRESS, por descumprimento da Lei nº 8.662/93 e em especial por exercício da profissão de assistente social sem o registro no CRESS competente), de 16 de novembro de 2010, em seu art. 2º, dispõe que:

Comprovada a prática do exercício de qualquer função, tarefa, atividade de atribuição privativa do assistente social ou a utilização da designação profissional “assistente social”, sem a inscrição no Conselho Regional de Serviço Social competente, o infrator ficará sujeito ao pagamento de **multa** superior a um ano até dois anos três anuidades vigentes, sem prejuízo das medidas administrativas, criminais e cíveis cabíveis, de acordo com a anuidade praticada pelo CRESS competente.

O gabarito deve ser alterado, mantendo-se a validade da questão.

QUESTÃO 23

PARECER: alterada para alternativa D.

JUSTIFICATIVA: Alternativa alterada em função de erro material na divulgação do gabarito preliminar. A Lei nº 10.741/03, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências, regula os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a **60 (sessenta) anos**, e assegura o gozo de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, assegurando-se-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade.

Sendo assim, a alternativa D é a incorreta, conforme solicita o enunciado, **por constar 65** (sessenta e cinco) anos **e não 60** (sessenta).

O gabarito deve ser alterado, mantendo-se a validade da questão.

QUESTÃO 26

PARECER: alterada para alternativa C.

JUSTIFICATIVA: Alternativa alterada em função de erro material na divulgação do gabarito preliminar. Segundo a Lei nº 11.340/06 (Lei Maria da Penha), Título II, Capítulo II, art. 7º, são formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:

I - a **violência física**, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

II - a **violência psicológica**, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

III - a **violência sexual**, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV - a **violência patrimonial**, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V - a **violência moral**, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

A letra C, que aponta a **violência profissional**, **NÃO** está entre as formas de violência doméstica e familiar contra a mulher disposta na lei. É, portanto, a **alternativa incorreta**, conforme solicita o enunciado.

O gabarito deve ser alterado, mantendo-se a validade da questão.

QUESTÃO 27

PARECER: alterada para alternativa A.

JUSTIFICATIVA: Alternativa alterada em função de erro material na divulgação do gabarito preliminar. A alternativa A é a única correta, conforme solicita o enunciado da questão.

A) Fica facultado ao CRESS escolher o sistema que regerá a eleição em seu âmbito de jurisdição. **CERTO**, pois está em conformidade com a Resolução CFESS nº 499/06, Capítulo III (Do Sistema Eleitoral), art. 20.

B) Estão impedidos de serem membros da Comissão Nacional, Regionais e Subcomissões, bem como de Mesas Eleitorais, os assistentes sociais respondendo a ações judiciais criminais. **ERRADO**, pois tal impedimento não consta entre os três casos apontados na Resolução CFESS nº 499/06, Capítulo II, art. 17.

Estão impedidos de ser membros da Comissão Nacional e Regional, Subcomissões, bem como de Mesas Eleitorais:

I. os candidatos e seus parentes até segundo grau, de acordo com a Lei Civil, assim como o cônjuge do candidato;

II. os assistentes sociais que não estiverem em dia com suas obrigações perante os Conselhos Regionais;

III. os assistentes sociais que estiverem respondendo processo disciplinar e/ou ético, ou cumprindo pena.

C) Compete às Comissões Regionais Eleitorais resolver os incidentes verificados durante os trabalhos de votação e de apuração, encaminhando à Comissão Regional Eleitoral as questões não resolvidas. **ERRADO**, pois tal atribuição **competete à Mesa Eleitoral**.

D) Ao presidente da mesa eleitoral compete receber os votos dos eleitores. **ERRADO**, pois tal tarefa corresponde à Mesas Eleitorais nas Zonas Eleitorais.

E) Cada Zona Eleitoral deverá ter, no mínimo, uma mesa, que terá competência de dirigir, coordenar e executar todo o processo eleitoral da Seccional em seu âmbito de jurisdição. **ERRADO**, pois terá sim um mesa, no mínimo, mas a competência de dirigir, coordenar e executar **todo** o processo eleitoral da Seccional em seu âmbito de jurisdição cabe à **Subcomissões Eleitorais**.

O gabarito deve ser alterado, mantendo-se a validade da questão.

QUESTÃO 28

PARECER: alterada para alternativa A.

JUSTIFICATIVA: Alternativa alterada em função de erro material na divulgação do gabarito preliminar. A alternativa **INCORRETA** é a letra A, pois afirma que “Quando se tratar de viagem ao exterior, a autorização é dispensável, se a criança ou adolescente viajar na companhia de um dos pais, **autorizado expressamente pelo outro através de declaração verbal inequívoca**”, sendo que **O CORRETO** é:

“Quando se tratar de viagem ao exterior, a autorização é dispensável, se a criança ou adolescente: I - estiver acompanhado de ambos os pais ou responsável; II - viajar na companhia de um dos pais, **autorizado expressamente pelo outro ATRAVÉS DE DOCUMENTO COM FIRMA RECONHECIDA.**”

Todas as demais alternativas estão CORRETAS, segundo a Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), Capítulo II, Seção III, conforme especificado a seguir.

Da Autorização para Viajar

Art. 83. Nenhuma criança poderá viajar para fora da comarca onde reside, desacompanhada dos pais ou responsável, sem expressa autorização judicial.

§ 1º A autorização não será exigida quando:

a) tratar-se de comarca contígua à da residência da criança, se na mesma unidade da Federação, ou incluída na mesma região metropolitana;

b) a criança estiver acompanhada:

1) de ascendente ou colateral maior, até o terceiro grau, comprovado documentalmente o parentesco;

2) de pessoa maior, expressamente autorizada pelo pai, mãe ou responsável.

§ 2º A autoridade judiciária poderá, a pedido dos pais ou responsável, conceder autorização válida por dois anos.

O gabarito deve ser alterado, mantendo-se a validade da questão.

QUESTÃO 30

PARECER: alterada para alternativa B.

JUSTIFICATIVA: Alternativa alterada em função de erro material na divulgação do gabarito preliminar. Compete aos CRESS e NÃO ao CFESS, em suas respectivas áreas de jurisdição, na qualidade de órgão executivo e de primeira instância, o exercício das seguintes atribuições: fixar, em assembleia da categoria, as anuidades que devem ser pagas pelos Assistentes Sociais. Sendo assim, é **incorreta** a afirmativa **B, conforme solicita o enunciado.** (art. 10, da Lei nº 8.662/93)

As **demais opções são verdadeiras**, estando em conformidade com a legislação citada na questão.

A) A inscrição nos Conselhos Regionais sujeita os Assistentes Sociais ao pagamento das contribuições compulsórias (anuidades), taxas e demais emolumentos que forem estabelecidos em regulamentação baixada pelo Conselho Federal, em deliberação conjunta com os Conselhos Regionais. (**art. 13**)

C) Os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) são dotados de autonomia administrativa e financeira, sem prejuízo de sua vinculação ao Conselho Federal, nos termos da legislação em vigor. (**art. 7º, parágrafo 1º**)

D) A partir de 2010, a duração do trabalho do Assistente Social é de 30 (trinta) horas semanais. (**art. 5º**)

E) No caso de reincidência dos infratores desta citada lei, na mesma infração, no prazo de dois anos, a multa cabível será elevada ao dobro. (**art. 16, parágrafo 2º**)

O gabarito deve ser alterado, mantendo-se a validade da questão.

Brasília/DF, 01 de junho de 2012.

Gerência de Recursos e Avaliações
Instituto Quadrix de Tecnologia e Responsabilidade Social